

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS: COMPARAÇÃO ENTRE EMPRESAS ESTATAIS E PRIVADAS DO SETOR ELÉTRICO

ANTONIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

BRUNO MEIRELLES SALOTTI

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

RESUMO

Muito se discute quanto ao grau de participação do Estado na economia, incluindo a sua atuação como empresa. Vários estudos empíricos foram realizados no mundo visando verificar se as estatais são mais ineficientes que as empresas privadas, contudo quase todos investigaram apenas o desempenho econômico das empresas, não analisaram o desempenho das empresas no atendimento de suas responsabilidades sociais. É fundamental para realizar uma análise de desempenho global de uma empresa utilizar não apenas indicadores econômico-financeiros tradicionais, mas também indicadores que verifiquem o atendimento das funções sociais empresariais. Este estudo comparou o desempenho de 20 empresas estatais e 20 empresas privadas do setor elétrico brasileiro, nos exercícios de 2007 e 2008, analisando 20 indicadores econômico-financeiros quanto indicadores de responsabilidade social. Realizados os testes estatísticos de comparação de médias, concluiu-se que as empresas estatais foram menos eficientes economicamente do que as privadas, especialmente no retorno sobre o patrimônio líquido e na participação da destinação para pessoal no valor adicionado. Entretanto, em alguns indicadores de responsabilidade social as empresas privadas apresentaram resultados insatisfatórios em relação às empresas estatais.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento da responsabilidade social corporativa, colocando-a em um novo patamar, exige da empresa que exerça um papel não apenas de geração de lucro para seus acionistas, mas também na função de promoção do desenvolvimento econômico e social.

Ao assumir novas obrigações, as empresas passam a ter que prestar contas não mais apenas para seus acionistas, mas também para todos os demais envolvidos na atuação da empresa, diretamente ou indiretamente, como seus empregados, clientes, fornecedores, comunidade, governo, organizações não governamentais, etc.

A prestação de contas da empresa evoluiu, não é mais suficiente a apresentação apenas das tradicionais Demonstrações Financeiras, cujo usuário principal são seus acionistas e investidores, no máximo seus financiadores, passa a ser necessária a divulgação de informações que possam auxiliar os outros interessados a verificar se e como a empresa está exercendo suas novas funções sociais.

Com este objetivo é que a Contabilidade pode auxiliar, mediante a utilização de instrumentos que possibilitem a avaliação da prestação de contas social das empresas, que possuam informações que atendam a necessidade do maior leque de usuários, não se restringindo apenas aos acionistas e investidores.

Esse documento informacional convencionou-se denominar de Balanço Social, que vem sendo implantado no mundo todo, desde a década de 70, em alguns países de forma compulsória e em outros voluntariamente.

No Brasil, o informativo que ganhou maior difusão foi a Demonstração de Valor Adicionado que objetiva evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social, informando ainda quanto ela agrega de riqueza e de que forma a distribui. Hoje este demonstrativo é obrigatório para as sociedades anônimas de capital aberto.

A partir de uma grande batalha comandada pelo sociólogo Herbert de Souza junto ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), adotou-se um modelo de balanço social que passou a ser seguido por diversas empresas, permanecendo, com alterações, até os dias de hoje.

Diante do exposto, é fundamental para que se possa realizar uma análise de desempenho global de uma empresa que não se utilize apenas dos indicadores econômico-financeiros tradicionais da análise das demonstrações financeiras. Necessário, também, que se verifique o resultado da organização no cumprimento de sua responsabilidade social.

Neste sentido que o presente estudo se desenvolve, utilizando de informações não apenas financeiras para realizar uma análise comparativa entre empresas privadas e estatais.

Na literatura, muito se discute quanto ao grau de participação do Estado na economia, incluindo a sua atuação como empresa. Após um ciclo de estatização, ocorrido após a segunda grande guerra mundial, iniciou-se no final da década de 80 um forte movimento favorável à privatização com o apoio do Fundo Monetário Internacional. O principal argumento utilizado em defesa da venda das estatais consistia na alegada ineficiência das estatais. No Brasil, seguindo essa onda, realizou uma forte ação privatizadora, através da qual se reduziu fortemente o número de empresas estatais.

Uma das razões apontadas para a ineficiência das estatais é a sua dupla finalidade, enquanto que a empresa privada visa basicamente o lucro para seus acionistas, as estatais também devem cumprir com objetivos sociais, como função distributiva de renda, controle da inflação, indutora do desenvolvimento, etc.

Vários estudos empíricos foram realizados no mundo visando confirmar ou não essa alegada ineficiência das estatais, com resultados pouco conclusivos. Contudo, quase todos esses estudos investigaram apenas o desempenho econômico das empresas, o que, modernamente, é insuficiente. É necessário também analisar o desempenho das empresas no atendimento de suas responsabilidades sociais.

Desta forma, o objetivo deste estudo é comparar o desempenho de 20 empresas estatais e 20 empresas privadas do setor elétrico brasileiro, nos exercícios de 2007 e 2008, analisando 20 indicadores com dados tirados do Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Balanço Social (BS), abrangendo tanto o resultado econômico quanto o desempenho relativo à responsabilidade social.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL E CONTABILIDADE

Nos últimos anos muito se tem discutido sobre responsabilidade social corporativa, no Brasil e no mundo. Trata-se de tema recente, polêmico e dinâmico, que suscita uma série de interpretações.

A primeira idéia de responsabilidade social da empresa surgiu com o liberalismo no século XVIII, pelo qual o Estado deve apenas ser responsável pelas ações sociais, promoção da concorrência e proteção da propriedade, enquanto que as empresas deveriam buscar maximizar os seus lucros, gerando empregos e pagando seus impostos, exercendo, desta forma, sua função social (TENÓRIO, 2006, p. 15).

A visão mais tradicional é defendida de forma enfática por Friedman (apud TENÓRIO, 2006, p. 15) que escreve:

“Ultimamente um ponto de vista específico tem obtido cada vez maior aceitação – o de que os altos funcionários das grandes empresas e os líderes trabalhistas têm uma responsabilidade social além dos serviços que devem prestar aos interesses de seus acionistas ou de seus membros. Este ponto de vista mostra uma concepção fundamentalmente errada do caráter e da natureza de uma economia livre. Em tal economia só há uma responsabilidade social do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraude.”

Esta posição é chamada de doutrina do interesse do acionista (MAXIMIANO, 2007) que se contrapõe à moderna doutrina da responsabilidade social, pela qual o seu princípio se fundamenta na empresa como uma instituição social, que funciona com autorização da sociedade, utilizando os recursos da sociedade e afetam a qualidade de vida da sociedade.

Nessa nova concepção, entende-se que as companhias estão inseridas em um ambiente complexo e suas atividades influenciam e impactam os diversos agentes sociais, comunidade e sociedade.

Enquadra-se neste entendimento a teoria do *stakeholder*, que incorpora a visão sistêmica, pela qual a empresa recebe influência do meio ambiente e influi neste. A finalidade da empresa passa a ser atingir vários objetivos, tanto dos seus acionistas quanto dos terceiros, como seus empregados, governo, consumidores e outros interessados integrantes da sociedade (TENÓRIO, 2006).

A empresa tem que atender várias expectativas das partes envolvidas, muitas vezes conflitantes. Precisa observar as demandas não apenas das partes diretamente envolvidas (acionistas, empregados, consumidores), como também com a totalidade das relações econômico-sociais, como o governo, outras empresas, sociedade organizada, bem como com o meio ambiente e as gerações futuras (SANTANA, 2006).

Desta forma, a empresa deve prestar contas aos seus vários *stakeholders* não apenas a seus acionistas, apresentando informações acerca de sua responsabilidade social. Com esta finalidade é que a Contabilidade pode ajudar.

A Contabilidade pode ser definida como um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade. Considera-se como usuário toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade (IUDÍCIBUS *et al.*, 2007, p. 29, grifo original).

O Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2008), que estabelece a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14/03/2008 dispõe:

“Entre os usuários das demonstrações contábeis incluem-se investidores atuais e potenciais, empregados, credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público. Eles usam as demonstrações contábeis para satisfazer algumas das suas diversas necessidades de informação.”

Consoante (TINOCO, 2001, p.33), a contabilidade precisa dotar-se de conhecimentos e ferramentas que possam responder a seus desideratos internos e externos, atendendo a todos os usuários da informação, internos e externos e que podem divergir em muitos casos do tipo de informação que desejam.

A contabilidade possui os instrumentos necessários para contribuir para a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. Estes instrumentos, fundamentados na relevância que lhes conferem, vão se traduzir no Balanço Social, tornando pública essa responsabilidade da empresa, fazendo parte do processo de evidenciar com transparência e clareza, quantitativa e qualitativamente, para todos os usuários interessados o que a empresa está fazendo para atender sua função social (TORRES JUNIOR e SILVA, 2008).

3. BALANÇO SOCIAL

3.1 Definição e objetivos

A expressão balanço social pode não ser a mais indicada, pois a palavra “balanço” tem o sentido de equilíbrio, sendo que este é mais um relatório de prestação de contas da entidade para com a sociedade, entretanto esta é a nomenclatura convencionada, divulgada e aceita há algum tempo no Brasil e no mundo (KROETZ, 2000).

Para Tinoco (2001, p. 14), “Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários”

O Balanço Social deve ter por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o seu meio e com as pessoas, interna e externamente, realçando os aspectos de recursos humanos, desenvolvimento econômico, social e sustentável, meio ambiente e contribuições para a cidadania e para a sociedade.

Conforme Iudícibus *et al.* (2007, p. 10), “o Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua”.

O Balanço Social possui quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral (IUDÍCIBUS *et al.*, 2007).

Pelo Balanço Ambiental a empresa reflete sua postura em relação aos recursos naturais, compreendendo os gastos com preservação, proteção e recuperação destes recursos, os investimentos em equipamentos e tecnologias relacionados à área ambiental e os passivos ambientais. Pode apresentar, ainda, informações físicas, como quantidade de poluentes produzidos.

Já o Balanço dos Recursos Humanos evidenciará o perfil da força de trabalho e sua remuneração e benefícios: idade, sexo, formação escolar, estado civil, tempo de trabalho, salários, auxílios alimentação, educação, saúde, transporte.

A Demonstração do Valor Adicionado objetiva evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada. Informa o que a empresa agrega de riqueza e de que forma a distribui. Este demonstrativo se tornou obrigatório para as companhias abertas a partir da Lei nº 11.638, de 2007.

Por fim, a empresa deve divulgar os benefícios e contribuições à sociedade em geral.

Em síntese, o Balanço Social é reflexo da evolução da responsabilidade social das empresas.

3.2. Histórico – Mundo e Brasil

A partir da década de 60 os trabalhadores passaram a fazer exigências para obterem informações relativas ao desempenho econômico e social das organizações, incorporando as sociais, especialmente aquelas relativas ao emprego (TINOCO, 2001, p. 27).

Nesta década as grandes empresas americanas passaram a apresentar anualmente relatórios descrevendo sua política social. Hoje, os relatórios econômico-sociais são chamados de *social audit*, voltados basicamente para o ambiente externo, para a satisfação de consumidores, clientes, qualidade dos produtos, controle de poluição e preservação do meio ambiente (TORRES JUNIOR e SILVA, 2008).

Já na Europa, a responsabilidade social das empresas popularizou-se nos anos 70. Em 1971 a companhia alemã Steag formulou uma espécie de relatório social, um balanço de suas atividades sociais. A França foi o primeiro país a editar e a publicar uma lei sobre Balanço Social, colocada em prática no ano de 1979. Esta lei passou a obrigar as empresas com mais de 300 empregados a publicar o Balanço Social, sendo que este evidencia basicamente os recursos humanos.

O quadro a seguir, elaborado por De Luca *et al.* (2009), apresenta, resumidamente, a maior ênfase dada em alguns países quando do início da elaboração do Balanço Social.

Quadro 1 – Balanço ou Relatório Social – Panorama Internacional

PAÍS	ÊNFASE
França	Informações aos empregados: nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.
Portugal	Informações relativas aos empregados e às ações sociais da empresa destinadas à melhoria de vida da comunidade.
Bélgica	Análise do emprego em todos os seus aspectos
Alemanha	Condições de trabalho e aspectos ambientais.
Espanha	Avaliação periódica e sistemática de todas as atividades da empresa.
Suécia	Informações para os empregados e distribuição do Valor Adicionado
Holanda	Informações sobre as condições de trabalho
Estados Unidos	Consumidores/clientes e a sociedade em geral: qualidade dos produtos, controle da poluição, contribuição da empresa às obras culturais, transportes coletivos e outros benefícios à coletividade, com abordagem de caráter ambiental.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para divulgação mais ampla dos relatórios sociais

Fonte: De Luca *et al.* (2009, p. 14).

No Brasil, a mudança da mentalidade empresarial se manifestou através da Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, publicada em 1965 pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil). Na década de 80, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) elaborou um modelo, sendo que neste mesmo período começaram as discussões no meio empresarial e, especialmente, realizaram-se diversos estudos no âmbito do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Administração da USP.

O primeiro Balanço Social foi publicado em 1986 pela Nitrofértil, empresa estatal. Neste mesmo período o Sistema Telebrás também elaborou o seu demonstrativo. Já em 1992 o banco Banespa, então estatal, apresentou o seu Balanço Social. Todavia, a maior ênfase veio

a ocorrer somente a partir de 1996, através de uma campanha iniciada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), que, juntamente com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e com o jornal Gazeta Mercantil, obteve a adesão de diversas empresas à proposta de publicação de um Balanço Social, em um modelo único e simples. Esse balanço tinha como objetivo principal a diminuição da pobreza e das injustiças sociais, construindo uma cidadania, desenvolvendo a responsabilidade social no setor empresarial brasileiro, em busca do desenvolvimento humano, social e ambiental (TORRES JUNIOR e SILVA, 2008).

3.3. Tipos de Balanço Social

Existem vários modelos de Balanço Social que as empresas brasileiras costumam utilizar, sendo os principais: o modelo IBASE, o modelo Ethos e o GRI.

O modelo IBASE é dividido em vários critérios, a saber:

1. Base de Cálculo - é dividido em Receita Líquida, Resultado Operacional e Folha de Pagamento.
2. Indicadores Sociais Internos - apresenta os gastos relacionados a Alimentação, Encargos sociais compulsórios, Previdência privada, Saúde, Segurança e medicina no trabalho, Educação, Cultura, Capacitação e desenvolvimento profissional, Creches ou auxílio creche, Participação nos lucros ou resultados e outros. Este critério evidencia informações relacionadas aos funcionários e suas famílias.
3. Indicadores Sociais Externos - trata de investimentos em Educação, Cultura, Saúde e saneamento, Habitação, Esporte, Lazer e diversão, Creches, Alimentação, Combate à fome e segurança alimentar e Outros além dos Tributos arrecadados aos cofres públicos. Os investimentos do critério 3 estão vinculados à comunidade, por isso são considerados externos.
4. Indicadores Ambientais - indica os investimentos sobre meio ambiente e separa os investimentos relacionados às atividades da empresa dos programas ou projetos externos.
5. Indicadores do Corpo Funcional - descreve os números de empregados ao final do período, de admissões durante o período, de empregados terceirizados, de estagiários, de empregados acima de 45 anos, de mulheres, de negros e de portadores de deficiência ou necessidades especiais que trabalham na empresa, além do percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres e por negros.
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial – tem por finalidade evidenciar outras informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.

Importante destacar que os quatro primeiros critérios são evidenciados em valores monetários absolutos e em percentuais relativos à Folha de Pagamento Bruta e sobre a Receita Líquida.

A GRI (Global Reporting Initiative) é uma organização não governamental internacional criada em 1997 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela entidade americana Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES). Seu objetivo é desenvolver, aprimorar e disseminar, globalmente, diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizados voluntariamente por empresas do mundo todo. Atualmente encontra-se na terceira geração de diretrizes, buscando atribuir aos relatórios de sustentabilidade a mesma utilidade e seriedade dos relatórios financeiros (DE LUCA et al., 2009, p. 16).

Importante destacar que em 2008 a ONU lançou o Guia de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais que está voltado para a elaboração e a divulgação pelas empresas estrangeiras em países emergentes. Foi elaborada com base na GRI e nas normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (DE LUCCA et al., 2009).

No ano 2000, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social lançou a primeira versão dos seus indicadores, ferramenta de uso interno das empresas para avaliação da gestão quanto à responsabilidade social. No ano seguinte apresentou o Guia de Elaboração de Relatório Anual de Responsabilidade Social Empresarial, visando auxiliar as empresas na elaboração e divulgação de informações socioeconômicas e ambientais. Já em 2007, o guia do Instituto Ethos passou a ser denominado Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, passando a incentivar o uso dos modelos do Ibase e do Relatório de Sustentabilidade da GRI como opções complementares e não concorrentes (DE LUCCA et al., p. 21).

Por fim, é importante lembrar que a DVA também é considerada como demonstrativo integrante do balanço social, por trazer informações relevantes para avaliação do resultado social das empresas.

3.4. Balanço Social e o Setor Elétrico

A partir das privatizações, foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão que regula e fiscaliza as atividades do setor elétrico, que impôs a obrigatoriedade das empresas apresentarem, a partir do exercício de 2002, o Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial, em conformidade com as orientações constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001. Este Relatório de Responsabilidade contempla um conjunto de informações dentre as quais se insere o balanço social, deixando claro que as empresas não estão somente comprometidas com seus proprietários, mas com a produção do bem-estar de toda uma sociedade. O Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica estabeleceu como parâmetro de balanço social o modelo do IBASE. Atualmente a maioria das grandes empresas deste setor apresenta também o relatório de sustentabilidade no modelo da GRI.

Em razão desta imposição do órgão regulador, o presente estudo focou o setor de energia elétrica para analisar as informações constantes de seus balanços sociais.

4. EMPRESAS ESTATAIS E PRIVADAS

A participação do Estado na economia avançou principalmente após a crise econômica de 1929, mas foi apenas após a segunda guerra mundial que ela cresceu de forma significativa, especialmente nos países em desenvolvimento.

Nos últimos anos, especialmente a partir dos fins dos anos 80, houve uma grande onda de privatizações no mundo inteiro, inclusive no Brasil, sob o principal argumento de que as empresas privadas seriam mais eficientes que as empresas estatais.

Segundo Pinheiro e Giambiagi (1992, p. 250), “um dos mais fortes motivos pelos quais um governo pode optar pela transferência de uma empresa estatal para o setor privado é a possibilidade de aumentar a eficiência a nível macro e microeconômico.”

No nível microeconômico, espera-se que a eficiência aumente devido à maior clareza de objetivos, menor importância do problema de agência e maior disciplina de mercado. As estatais têm uma face pública e outra privada, de um lado tem um objetivo comercial e do outro os objetivos de política, como o desenvolvimento, integração nacional, atendimento a populações carentes, nível de emprego, controle de inflação, etc. Já na empresa privada o objetivo principal dos acionistas é bem claro, qual seja, o lucro.

No Brasil, antes da década de 80, para financiar os crescentes déficits em conta corrente do país, as estatais foram obrigadas a contrair empréstimos no exterior. Diversas vezes os preços dos seus bens e serviços foram reduzidos em termos reais para controlar a inflação e, em 1982, foram utilizados para subsidiar a exportação de bens manufaturados. Portanto, muitas vezes, seus objetivos comerciais foram sacrificados em prol da manutenção do bem estar social (CHAN et al., 2003).

Segundo Mello (1992, p. III. 1.), existem três razões para acreditar que os gerentes das empresas estatais não visem à minimização de custos.

Em primeiro lugar, a empresa estatal não tem o lucro como objetivo primordial e, quando deficitária, é protegida da falência pelo acesso aos cofres públicos. Outra razão é a atribuição às estatais de um número muito grande de objetivos, como já comentado. Por fim, a remuneração dos gerentes das empresas não está relacionada à geração de lucros e à minimização de custos.

Este último aspecto é realçado por Oliva (1999, p.129), que analisou as mudanças na área de recursos humanos de quatro empresas privatizadas e apresentou a seguinte conclusão:

“Observamos que as quatro empresas pesquisadas, enquanto estatais, tinham áreas de RH muito burocráticas e possuíam um excedente de funcionários. A atuação das áreas era predominantemente operacional, porque elas não tinham autonomia para controlar, por exemplo, o movimento do efetivo, a implantação de um plano de cargos e salários ou de exercer a liderança de uma negociação com o sindicato, que era combativo nesta época.”

“A influência do Estado introduziu nas empresas valores vinculados ao paternalismo. As áreas de RH, como não podiam aumentar salários, ampliavam a concessão de benefícios vinculados a tempo de casa, ao exercício de funções de confiança e ao assistencialismo de uma forma global. Da mesma forma funcionavam como intermediárias entre as empresas e as necessidades da comunidade.”

Conforme Pinheiro (1996, p. 357), as principais motivações dos diversos programas de privatização que têm sido implementados em todo o mundo são: a contribuição ao ajuste das contas públicas e o suposto aumento da eficiência da economia. A questão da eficiência, relacionada com a possibilidade de crescimento permanente da renda, pressupõe que, após a privatização, as empresas acabam vendendo mais, tornando-se mais lucrativas e, conseqüentemente, pagando mais impostos.

Para Wernerck (1989), o principal argumento a favor da privatização, no Brasil e exterior, é que desta forma se asseguraria a eficiência econômica, visto que há uma convicção muito difundida de que a fonte da ineficiência é a propriedade pública.

Entretanto, o autor realça a pouca compreensão de que a eficiência é gerada em razão da interação entre a propriedade privada e a concorrência. A transformação de um monopólio público em monopólio privado pode não gerar nenhum ganho em termos de eficiência econômica, podendo até vir a gerar uma perda. No máximo, pode-se afirmar que a privatização induz a eficiência produtiva, sendo que a eficiência alocativa é bem mais difícil de se obter, se não houver concorrência nos mercados onde a empresa vende seus produtos e se o risco *take over* e quebra forem desprezíveis.

Neste mesmo sentido Mello (1992, p. III.35) afirma:

“Assim, embora a superioridade da propriedade privada esteja bem estabelecida em ambientes competitivos, o mesmo não se pode dizer das empresas privadas que operam em mercados regulados. Nesse sentido, se for necessário escolher entre competição e privatização, devemos escolher competição. Os maiores ganhos serão alcançados quando puderem vir juntas.”

Segundo Passanezi Filho (1998, apud CHAN et al., p. 203), os mercados privados nem sempre são eficientes, podem engendrar sérios desvios em relação ao comportamento ótimo. Esses desvios podem ocorrer em razão de assimetria de informações, dispersão de propriedade acionária, predomínio de acionistas passivos, etc.

A eficiência produtiva analisa principalmente a minimização dos custos e/ou maximização dos lucros, sendo que muitas vezes estes objetivos podem ser atingidos mediante um custo social alto, através de desemprego, baixos salários, terceirização exagerada, prejuízo ao meio ambiente, redução na qualidade dos serviços, etc.

O suposto aumento de eficiência das empresas privatizadas tem sido objeto de inúmeras pesquisas empíricas, algumas das quais são relacionadas em quadro elaborado por Pinheiro (1996), a seguir apresentado apenas para o setor elétrico, objeto do presente estudo.

Quadro 2 – Resultados Empíricos sobre a Eficiência Relativa de Empresas Estatais e Privadas

Setor	Empresa estatal mais eficiente	Resultado ambíguo ou sem diferença de eficiência	Empresa privada mais eficiente
Eletricidade	Meyer (1975) Neuberg (1977) Pescatrice e Trapani (1980)	Mann (1970) Junker (1975) Spann (1977) Färe <i>et al</i> (1985) Atkinson e Halvorsen (1986)	Shepherd (1966) Moore (1970) Peltzman (1971) Tilton (1973) De Alessi (1974)

Fonte: Pinheiro (1996, p. 377)

No referido estudo, Pinheiro (1996, p. 375) conclui que os resultados mostraram que as empresas ficaram mais eficientes e lucrativas com a privatização, bem como reduziram o número de empregados, embora a maior parte desta redução tenha ocorrido durante a preparação de empresa para a privatização.

Conforme Chan *et al.* (2007), outros estudos foram realizados, contudo as evidências empíricas a esse respeito ainda são pouco conclusivas. Entretanto a abordagem tradicional destes estudos realiza a análise sob a ótica da análise do desempenho econômico-financeiro. Também deve ser analisado sob a ótica da contribuição da empresa à comunidade.

Chan *et al.* (2007) compararam a destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados entre as empresas privadas e estatais do setor de serviços públicos. Utilizaram as Demonstrações de Valor Adicionado apresentados pelas empresas deste setor no período de 1998 e 2002. Realizados os testes estatísticos sobre a amostra colhida, concluíram que as estatais destinaram maior parcela de sua riqueza gerada aos empregados do que as empresas privadas, não podendo se deduzir que seja um indício de ineficiência das estatais. Quanto à remuneração dos acionistas, os resultados sugerem não haver diferenças significativas entre estas empresas.

Outro estudo que aponta os efeitos da privatização sobre emprego e salário em quatro setores de utilidade pública do Brasil foi efetuado por Guerrero (2004) que, utilizando dados obtidos da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) no período de 1995 a 2000, concluiu que a privatização no Brasil afetou o nível de emprego, reduzindo-o, contudo não alterou a composição do emprego (relação entre ocupações que requerem nível superior e ocupações que não requerem) e o nível salarial.

Estudos que analisem não só a eficiência econômica das empresas, mas também o cumprimento de suas demais funções sociais, são essenciais para enriquecer o debate sobre

privatização, analisando-se as informações não só das demonstrações financeiras tradicionais, como também os balanços sociais das companhias, em suas quatro vertentes, apresentadas anteriormente.

5. METODOLOGIA E BASE DE DADOS

Essa pesquisa tem natureza exploratória e descritiva. Conforme Gil (2002, p. 41), pesquisa exploratória é aquela que tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema e pesquisa descritiva tem como fim primordial a descrição das características de determinada população ou amostra e estabelecer relações entre as variáveis.

O objetivo principal deste trabalho é examinar o atendimento da responsabilidade social pelas empresas estatais e privadas do setor elétrico a partir dos Balanços Sociais dessas empresas, observando se apresentam comportamentos significativamente diferentes.

No caso do Balanço Social, poucos são os estudos e trabalhos com propostas de análise, não se tendo ainda uma estrutura ou metodologia básica para análise deste demonstrativo, existindo alguns estudos especialmente com a utilização da DVA.

Baseando-se em Santos (2007), De Luca (2009), Assaf Neto (2007), Athar Neto (2006) e Tinoco (2001), com algumas adaptações, dentre uma grande variedade de indicadores possíveis, escolheram-se os 20 (vinte) apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Relação dos Indicadores Selecionados

SIGLA	INDICADOR	FONTE	OBS.
RSPL	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	BP e DRE	(1)
ML	Margem Líquida - Lucro Líquido / Receita Bruta	DRE	
VA/RB	Quociente entre Valor Adicionado e Receita Bruta	DRE e VA	
VA/AT	Quociente entre Valor Adicionado e Ativo Total	BP e VA	
VAA/VAT	Participação do capital próprio no Valor Adicionado	VA	
VAE/VAT	Participação de gastos c/pessoal no valor adicionado	VA	
VAT/Emp	Valor Adicionado por empregado	VA e BS	(2)
FP/Emp	Gasto com folha de pagamento por empregado	BS	(2)
ISI/RL	Quociente entre indicadores sociais internos e receita líquida	BS	
Mul/Emp	Participação das mulheres no total de empregados	BS	
Neg/Emp	Participação dos negros no total de empregados	BS	
45/Emp	Participação dos maiores de 45 anos no total de empregados	BS	
Terc/Emp	Quociente entre trabalhadores terceirizados e total de empregados	BS	
Nesp/Emp	Participação de empregados com necessidades especiais sobre o total de empregados	BS	
Ma/Me sal	Relação entre o maior e o menor salário	BS	
Mul Chef	Participação das mulheres nos cargos de chefia	BS	
Neg Chef	Participação dos negros nos cargos de chefia	BS	
VAG/VAT	Participação de gastos c/ governo no valor adicionado	DVA	
ISE/RL	Quociente entre indicadores sociais externos e receita líquida	BS	
IA/RL	Quociente entre indicadores ambientais e receita líquida	BS	

Obs: (1) Foram excluídas as empresas que possuíam PL negativo

(2) Os valores de 2007 foram atualizados pelo IPCA/IBGE

Fonte: Elaborado pelo autor

Para avaliar o desempenho econômico-financeiro das empresas estatais e privadas, foram escolhidos os primeiros cinco indicadores. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL) representa a taxa de rentabilidade auferida pelo capital próprio da empresa. Através da margem líquida procurou-se avaliar a eficiência global da empresa. O quociente entre o

valor adicionado e a receita bruta aponta qual a parcela de receita bruta que a empresa gera valor, enquanto que o quociente entre o valor adicionado e o ativo total visa verificar o potencial do ativo em gerar valor. Por fim, o último indicador busca relacionar a parcela destinada aos acionistas com o valor adicionado gerado.

Para efeitos de análise do resultado das empresas em relação aos seus empregados, foram escolhidos indicadores monetários e físicos. O valor adicionado por empregado e o gasto com folha de pagamento por empregado visam comparar quanto cada empregado gera de valor e quanto ele custa à empresa. Usou-se para este último cálculo o valor da folha de pagamento bruta constantes do balanço social, por incluir os encargos sociais. Os indicadores VAE/VAT e ISI/RL procuram identificar a participação dos gastos com pessoal (excluídas as contribuições sociais) e dos benefícios e encargos sociais sobre o valor adicionado e a receita líquida, respectivamente.

Os indicadores físicos de mão-de-obra procuram examinar o comportamento da empresa frente às minorias, bem como a relação entre terceirizados e empregados próprios e entre o maior e o menor salário da organização.

Em seguida, calculou-se a participação do governo sobre o valor adicionado, uma forma diferente de se obter a carga tributária que incidiu sobre a empresa. Por fim, analisou-se a participação dos investimentos sociais externos e ambientais sobre a receita líquida, ambos informados no balanço social, sendo que foram excluídos os tributos dos investimentos sociais externos, restando o total das contribuições voluntárias à sociedade.

Foram selecionadas como amostra as 20 maiores empresas privadas e estatais do setor elétrico, classificadas pelo total das vendas pela Melhores e Maiores da Revista Exame, ano de 2008, conforme acesso ao site desta revista. As empresas selecionadas encontram-se apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Relação das empresas selecionadas como amostra

	ESTATAIS	PRIVADAS		ESTATAIS	PRIVADAS
1	CEAL	AES ELETROPAULO	11	CHESF	COSERN
2	CEB DISTRIBUIÇÃO	AES SUL	12	COPEL DISTRIB.	CPFL
3	CEEE DISTRIBUIÇÃO	AES TIETÊ	13	COPEL GERAÇÃO	CTEEP
4	CEEE GERAÇÃO	AMPLA	14	ELETROBRÁS Hol.	DUKE ENERGY
5	CELESC	CELPA	15	ELETRONORTE	EDP
6	CELG DISTRIBUIÇÃO	CELPE	16	ELETRONUCLEAR	ELEKTRO
7	CEMIG	CEMAR	17	ELETROSUL	ENERGISA PIAUÍ
8	CEPISA	CEMAT	18	EMAE	ENERGISA SERGIPE
9	CERON	COELBA	19	FURNAS	LIGHT
10	CESP	COELCE	20	ITAIPU	TRACTEBEL

Fonte: Elaborada pelo autor

As informações foram obtidas diretamente do site das empresas, especialmente de suas Demonstrações Financeiras e Relatórios de Sustentabilidade, que incluem a Demonstração do Valor Adicionado e o Balanço Social. Algumas empresas só apresentaram em seu site o balanço social consolidado do grupo, sendo adotado este (Endesa Brasil e CPFL Energia), para as demais foram utilizadas as informações de cada empresa isoladamente.

Os dados colhidos foram os dos exercícios de 2007 e 2008, sendo calculados os índices de cada empresa para cada ano e, após, calculada a respectiva média.

Todos os testes foram realizados no software SPSS Statistic17. Eles consistiram na comparação das médias das variáveis separadas pelos dois grupos de empresas, aplicando-se o teste de Mann-Whitney. Trata-se de um teste não paramétrico destinado a comparar se duas amostras independentes foram extraídas de populações com médias iguais. Para Fávero *et al.*

(2009, p. 163), trata-se de “... um dos testes não paramétricos mais poderosos, sendo uma alternativa ao teste paramétrico t para duas amostras independentes quando a amostra for pequena e/ou quando a hipótese de normalidade for violada”.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da aplicação do teste de Mann-Whitney para verificar se as médias dos indicadores calculados são significativamente diferentes ou não serão apresentados em blocos, separados por Indicadores Econômico-financeiros, Indicadores Monetários de Pessoal, Indicadores Físicos de Pessoal e Outros Indicadores.

Tabela 1 - INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

	EMPRESAS ESTATAIS		EMPRESAS PRIVADAS		Teste MW <i>p-value</i>	CONCLUSÃO S/ MÉDIAS	
	Média	D. Padrão	Média	D. Padrão		n.s. = 1%	n.s. = 5%
RSPL	4,5%	27,7%	28,8%	27,4%	0,006	Diferentes	Diferentes
ML	7,0%	20,9%	14,1%	12,5%	0,074	Iguais	Iguais
VA/RB	64,2%	19,5%	61,9%	9,4%	0,829	Iguais	Iguais
VA/AT	35,7%	24,7%	46,0%	14,1%	0,137	Iguais	Iguais
VAA/VAT	-2,0%	39,1%	20,6%	13,5%	0,043	Iguais	Diferentes

Fonte: Elaborada pelo autor

Pode ser constatado dos resultados apresentados na Tabela 1 que as empresas privadas obtiveram um retorno sobre o seu capital próprio muito superior aos das empresas estatais, diferença significativa tanto ao nível de significância de 1% quanto de 5%.

Desta forma, pode-se dizer que, do ponto de vista econômico, as empresas privadas foram mais eficientes do que as empresas estatais.

Em todos os demais índices, exceto quanto ao quociente entre valor adicionado e a receita bruta, as empresas privadas obtiveram um desempenho médio superior ao das empresas estatais, embora apenas no indicador de participação do capital próprio no valor adicionado a diferença tenha sido significativa, e somente ao nível de significância de 5%.

No índice (VA/RB) em que as empresas estatais tiveram um resultado mais favorável, a diferença não foi estatisticamente significativa.

Tabela 2 - INDICADORES MONETÁRIOS DE PESSOAL

	EMPRESAS ESTATAIS		EMPRESAS PRIVADAS		Teste MW <i>p-value</i>	CONCLUSÃO S/ MÉDIAS	
	Média	D. Padrão	Média	D. Padrão		n.s. = 1%	n.s. = 5%
VAE/VAT	23,5%	22,8%	6,8%	2,6%	0,000	Diferentes	Diferentes
VAT/Emp	994	1.380	1.249	946	0,038	Iguais	Diferentes
FP/Emp	105	30	81	46	0,023	Iguais	Diferentes
ISI/RL	3,52%	2,86%	1,50%	0,58%	0,070	Iguais	Iguais

Fonte: Elaborada pelo autor

Como pode ser observado na Tabela 2, a destinação do valor adicionado para gastos com pessoal é significativamente superior nas empresas estatais, bem como o valor adicionado por empregado nas empresas privadas é mais elevado e o gasto com folha de pagamento por empregado é inferior ao das estatais, sendo que estes dois últimos indicadores só são diferentes ao nível de significância de 5%.

Esses resultados podem sugerir que as estatais são mais ineficientes, possivelmente por remunerarem melhor e/ou terem quadro inchado de empregados. Ressalte-se, todavia, que

esses índices podem indicar apenas uma maior eficiência produtiva, não dizem nada em relação à eficiência alocativa.

Outro ponto a ser destacado é que um maior gasto com pessoal pode ser economicamente eficiente, porém pode representar um mau desempenho em relação à responsabilidade social. A falta de preocupação com o desemprego, a substituição de empregadores com mais tempo de empresa por jovens com menores salários, a utilização de empregados terceirizados com menores benefícios trabalhistas ao invés de empregado próprio e outras condutas empresariais, podem resultar em uma maior eficiência econômica, mas são práticas condenáveis no âmbito ético e social.

Tabela 3 - INDICADORES FÍSICOS DE PESSOAL

	EMPRESAS ESTATAIS		EMPRESAS PRIVADAS		Teste MW <i>p-value</i>	CONCLUSÃO S/ MÉDIAS	
	Média	D. Padrão	Média	D. Padrão		n.s. = 1%	n.s. = 5%
Mul/Emp	17,5%	5,0%	19,8%	5,8%	0,074	Iguais	Iguais
Neg/Emp	14,6%	17,9%	22,1%	22,6%	0,189	Iguais	Iguais
45/Emp	50,6%	14,2%	27,3%	14,3%	0,000	Diferentes	Diferentes
Terc/Emp	83,0%	59,1%	209,5%	139,4%	0,006	Diferentes	Diferentes
Nesp/Emp	1,40%	1,34%	2,87%	1,45%	0,006	Diferentes	Diferentes
Ma/Me sal	18,9%	7,4%	40,6%	18,6%	0,000	Diferentes	Diferentes
Mul Chef	13,6%	7,3%	17,1%	6,8%	0,072	Iguais	Iguais
Neg Chef	6,7%	7,2%	12,5%	16,5%	0,808	Iguais	Iguais

Fonte: Elaborada pelo autor

Verificando as informações constantes da Tabela 3, conclui-se que as médias das participações das mulheres e dos negros no total dos empregados e nos cargos de chefia são maiores nas empresas privadas, embora suas diferenças não sejam significativas.

A participação de maiores de 45 anos no total de empregados e a relação entre terceirizados e empregados próprios são significativamente diferentes, sendo que o primeiro é superior nas empresas estatais e o segundo é maior nas privadas. Embora não possa se afirmar, essas diferenças podem indicar duas práticas reprováveis por parte das empresas privadas do ponto de vista da responsabilidade social, qual sejam, a substituição de empregados mais velhos e com salários melhores por jovens profissionais com menores remunerações, bem como a utilização de terceirizados ao invés de empregados próprios, sendo que os primeiros geralmente não possuem os mesmos benefícios concedidos pelas empresas aos seus empregados.

Ressalte-se que, por outro lado, a grande participação de empregados com mais de 45 anos nas empresas estatais pode indicar também uma força de trabalho mais acomodada e menos produtiva, gerando uma ineficiência à empresa.

A superioridade significativa na relação entre os maiores salários e os menores salários das empresas privadas representa um destaque negativo, visto que grandes diferenças nessa relação contribuem para a manutenção da péssima distribuição de renda existente no Brasil, especialmente se essa relação superior seja conseqüência de salários menores na esfera inferior. Entretanto, é mais provável que essa diferença seja reflexo de pagamentos superiores ao topo dos empregados, visto que a remuneração para os gestores das empresas são utilizados como incentivos à busca por um resultado econômico satisfatório para os acionistas.

Por fim, é importante realçar que as empresas privadas integrantes da amostra desempenharam de forma mais significativamente eficiente com a sua responsabilidade social de geração de emprego para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Tabela 4 - OUTROS INDICADORES

	EMPRESAS ESTATAIS		EMPRESAS PRIVADAS		Teste MW <i>p-value</i>	CONCLUSÃO S/ MÉDIAS	
	Média	D. Padrão	Média	D. Padrão		n.s. = 1%	n.s. = 5%
VAG/VAT	48,2%	21,2%	58,4%	123,1%	0,231	Iguais	Iguais
ISE/RL	4,94%	4,91%	3,29%	2,52%	0,091	Iguais	Iguais
IA/RL	1,63%	3,10%	2,00%	4,70%	0,905	Iguais	Iguais

Fonte: Elaborada pelo autor

Por fim, a Tabela 4 apresenta a análise dos demais indicadores, que não apontaram diferenças significativas nas suas médias.

Ressalte-se, apenas, que embora a diferença não seja significativa, a destinação média do valor adicionado para o pagamento de tributos nas empresas privadas é muito alta (58,4%), o que comprova a alta carga tributária incidente no Brasil.

Analisando todos os indicadores conjuntamente, com base na amostra do presente estudo, podemos concluir que as empresas privadas do setor elétrico foram mais eficientes do que as estatais deste setor nos anos de 2007 e 2008. Todavia, as empresas privadas tiveram um resultado inferior em alguns indicadores de responsabilidade social.

CONCLUSÃO

O crescimento da preocupação no Brasil e no mundo quanto à responsabilidade social empresarial, obrigando as empresas a se preocuparem não apenas com os melhores resultados para seus acionistas, como também em atender as expectativas dos demais *stakeholders*, tornou necessária a divulgação de outros dados por parte das empresas, não apenas financeiras, consubstanciada nos balanços sociais, incluindo nestes a DVA, bem como nos relatórios de sustentabilidade empresarial, nos moldes do GRI.

Contudo, é necessário analisar estes dados e transformá-los em informações que possibilitem avaliar o desempenho das empresas sob a ótica da responsabilidade social, avançando em relação à análise tradicional, meramente econômico-financeira.

No Brasil, o padrão de balanço social adotado era o do IBASE, acrescido da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado, atualmente obrigatório para as sociedades anônimas de capital aberto. Neste momento, sem abandonar o modelo anterior, cada vez mais empresas e outras organizações apresentam o Relatório de Sustentabilidade nos moldes do GRI.

Poucos estudos se utilizaram das informações constantes do balanço social IBASE para realizar uma avaliação da empresa sob o enfoque da responsabilidade social.

O presente estudo procurou contribuir para a realização de análises conjuntas entre o desempenho empresarial econômico e de responsabilidade social. Análises que unam estes dois aspectos tornam ainda mais difícil a obtenção de uma conclusão definitiva. A ponderação entre os diversos aspectos possíveis de serem avaliados é deveras subjetivo, variando significativamente conforme a classe de usuário que examina as informações.

Dentro deste objetivo, este estudo procurou realizar uma análise comparativa entre empresas estatais e privadas, buscando analisar os seus desempenhos não apenas no âmbito econômico, mas também com indicadores de responsabilidade social constantes na Demonstração do Valor Adicionado e do Balanço Social modelo IBASE.

Realizados os testes estatísticos, concluiu-se que as empresas estatais foram mais ineficientes economicamente do que as privadas, especialmente no retorno sobre o patrimônio

líquido e na participação da destinação para pessoal no valor adicionado, ao nível de significância de 1%.

Todavia, esse resultado não demonstra uma maior eficiência alocativa, bem como o resultado das empresas privadas em alguns indicadores de responsabilidade social podem indicar um desempenho inferior nesse aspecto.

O presente estudo se utilizou principalmente de dados do balanço social, em regra, não auditados, inclusive algumas empresas deixaram de apresentar dados em alguns itens ou apresentaram valores não coerentes com outras informações dos demonstrativos contábeis.

Diante do exposto, a discussão estatização ou privatização pode evoluir através de análises não meramente financeiras, contudo, não se pode deixar de registrar que sempre existirá um viés ideológico nessa discussão, por mais que as análises se aperfeiçoem.

O presente estudo pode ser ampliado para outros setores da economia, especialmente naqueles onde convivam empresas estatais e privadas, bem como pode ser estendida no número de indicadores analisados, incluindo aqueles previstos nos relatórios de sustentabilidade no modelo GRI, visto que a maior parte das empresas constantes da amostra desta pesquisa apresentaram esse relatório.

Por fim, é importante realçar o comportamento da ANEEL ao exigir, já há alguns anos, relatórios que objetivem demonstrar a responsabilidade social das empresas, essencial, especialmente no setor de serviços públicos, iniciativa que merece ser seguida pelas demais agências reguladoras brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 2008.

ATHAR NETO, Jayme M. A. – Modelo para Análise do Balanço Social: O caso Azaléia – Revista Contemporânea de Economia e Gestão, vol. 4, nº 1, Fortaleza, jan/jun/2006.

BERNARDO, D. C. R. ; CALEGARIO, C. L. L. ; PESSANHA, G. ; PINTO, L. B. . Responsabilidade Social Empresarial: uma análise dos balanços sociais das sociedades anônimas de capital aberto. Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD, Brasília, 2005.

CHAN, B. L.; CORRAR, L. J.,; MARTINS, G. A. de. Avaliação da privatização brasileira sob a ótica do desempenho operacional e financeiro. Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD, Atibaia, 2003.

CHAN, B. L. ; SILVA, F. L. ; MARTINS, G. A. . Destinação de Riqueza aos Acionistas e aos Empregados: Comparação entre Empresas Estatais e Privadas. RAC. Revista de Administração Contemporânea, v. 11, p. 199-218, 2007.

DE LUCA, Márcia M. M., CUNHA, Jacqueline V. A. da, RIBEIRO, Maisa S., OLIVEIRA, Marcelle C. – Demonstração do Valor Adicionado – São Paulo – 2ª edição – Editora Atlas – 2009.

_____; PINHO, Débora Rodrigues; OLIVEIRA, M. C. ; SANTOS, Sandra Maria dos . Responsabilidade Social Corporativa: um estudo sobre o comportamento das distribuidoras de energia elétrica da região nordeste. Anais do 6o. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo. 2006.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. Análise Multivariada de Dados. Rio de Janeiro. Elsevier, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Pesquisa. 4ª ed.. São Paulo. Atlas, 2002.

GUERRERO, Dario Alexandre. Avaliação dos efeitos da privatização sobre emprego e salário nos setores de utilidade pública do Brasil. Dissertação de Mestrado. Economia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. V. Teoria da Contabilidade. 1ª ed. 6ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELKCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedade por Ações: Aplicável às Demais Sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço Social – Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MAROCO, João. Análise estatística com utilização do SPSS. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. São Paulo, Atlas, 2007.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração, 6ª ed., São Paulo, Atlas, 2007.

MELLO, M. F. de. A privatização no Brasil: análise dos seus fundamentos e experiências internacionais. Tese de Doutorado em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

OLIVA, Eduardo de Camargo. As mudanças na atuação da área de recursos humanos em empresas privatizadas um estudo no setor siderúrgico do sudeste do Brasil. Tese de Doutorado. Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PINHEIRO, Armando Castelar. Impactos Microeconômicos da privatização no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.26, n.3, p.357-397, dez.1996.

_____. GIAMBIAGI, Fábio. As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.22, n.2, p.241-288, ago.1992.

PINTO, Anacleto Laurino. Balanço Social: Avaliação de Informações fornecidas por Empresas Industriais situadas no Estado de Santa Catarina Dissertação de Mestrado. Controladoria e Contabilidade. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

POPADIUK, Silvio ; MAZZON, José Afonso. O Planejamento e a Implementação de Programas de Privatização. RAUSP. Revista de Administração. São Paulo, v. 36, p. 85-91, 2001.

REIS, Carlos Nelson; MEDEIROS, Luiz Edgar. Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social. São Paulo, Atlas, 2007.

SANTANA, Cláudio Moreira . Por uma outra contabilidade: A responsabilidade social das empresas e as Teorias do Patrimônio Líquido. Anais do 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2006.

SANTOS, Ariovaldo. Demonstração do Valor Adicionado. São Paulo, 2ª ed., Atlas, 2007.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). Responsabilidade Social Empresarial. 2ª ed., FGV, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social – Uma Abordagem da Transparência e da responsabilidade Pública das Organizações. São Paulo, Atlas, 2001.

TORRES JUNIOR, Fabiano; SILVA, Fernanda Rosa da. Balanço Social: Instrumento de Evidenciação dos Objetivos Sociais. Revista Pensar Contábil, vol. 10, nº 39, CRC-RJ, 2008.

WERNECK, Rogério L. F. Aspectos macroeconômicos da privatização no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.19, n.2, p.277-307, ago.1989.